

# 9 junho | Dia do Município

## (Montalegre – 2019)

Celebrar o “Dia do Município” pode ser tudo ou até nem ser nada. Depende sempre de quem o sente ou o faz sentir. Depende, sobretudo, da abertura de espírito de quem o prepara e dos que nele se envolvem e participam.

Será assim, pois, o que nós quisermos que seja. E nós, executivo municipal, queremos que seja um momento solene da nossa vida em comunidade. Um momento de evocação do que fomos, de exaltação da identidade, um momento de afirmação do presente, de consagração dos valores, um reencontro connosco próprios, o reencontro com a história, um tempo de reflexão sobre o que queremos ser.

Vamos assim muito para lá da espuma folclórica da comezaina ou da festança a que alguns, tudo reduzem. E vamos à descoberta do mérito centrado nos atos ou na participação dos que se notabilizaram entre nós, independentemente da condição, do clã a que pertençam ou do destaque mediático que lhes tenha sido dado.

Evocamos assim a memória dos quantos, no passado, construíram a grandeza que somos e onde para lá dos mais sábios ou eloquentes - aqueles que melhor souberam aproveitar as condições que o berço ou a vida lhes deu - está a plêiade de gente simples que, de sol a sol, amanha as terras do nosso sustento, o gado a que sempre deram nome próprio, mesa e cama condigna, o que faz de nós percursos da defesa dos direitos dos animais.

Evocamos os lavradores de volfrâmio que à terra deram prosperidade retirando das suas entranhas a riqueza escondida.

Evocamos os que fizeram o desígnio da batata de semente que foi o nosso emblema e cartaz e que por decénios nos tornou um povo digno, conhecido por esse Portugal abaixo e que foi inspiração para páginas brilhantes da nossa história.

Evocamos, em suma, a memória dos que, no passado, construíram a nobreza do presente e onde cabem os homens das letras, da ciência, os professores, o clero, sempre tão importante na formação da nossa juventude, os navegadores que ao Mundo deram mundos novos, as Marias Mantela da fecundidade que encheram o território de pequenada, os que fugiram a salto procurando na estranha o que a terra nunca lhes deu, os combatentes enviados à força prás frentes de guerra em que criminosamente nos meteram, os mesterais e artificies, os homens de jorna, as mulheres sem escola que se revelaram gestoras brilhantes de uma casa onde tudo faltava, mas onde a fome não podia entrar, os maçons que fizeram as cidades da Europa, as *femmes de menage* que em passo apressado se movimentam no *trottoir* de Paris e que até o mais desatento reconhece ser gente nossa.

Senhoras e senhores,

Passam hoje 746 anos da outorga da carta de alforria aos barrosões. E o altaneiro castelo lá está a documentá-lo com todo o seu esplendor. Desde então muitos foram os sobressaltos porque passámos. Como muitas foram as procelas vencidas.

Percorremos a noite escura da repressão mantendo a nobreza de carácter de sermos um povo sem igual; Resistimos à incultura com que se subjugam e escravizam os povos; Desafiámos a luta da sobrevivência nos fluxos clandestinos de comércio fronteiriço em que se irmanaram os povos e se institucionalizaram relações que perduram; Enchemos os campos da Flandres com gente do nosso sangue; Povoámos as terras de África onde deixámos o marco histórico de uma língua comum que nos aproxima e faz irmãos. Saímos do isolamento ditado pela singular orografia e do mundo obscuro da falta de escola sem nunca perdermos a identidade e prestigiando, em todas as circunstâncias, o nome e a condição do ser Barrosão; Sem sobressalto, aderimos aos valores da democracia que entre nós estão solidificados e são promissores; E adaptámo-nos às exigências da adesão a um espaço económico fortemente concorrencial sem que para tal nos houvessem preparado.

Enfrentamos hoje o drama do despovoamento que alguns usam indevidamente como arma política sem se darem conta de estarmos perante algo que, infelizmente, é transversal, perpendicular, horizontal e longitudinal a todo o território. Isto é, é um problema do país e da Europa. É um problema de resolução difícil que dispensa cegueiras ideológicas que nada têm de construtivo. Mais, é matéria que exige concertação de esforços das elites pensantes, dos políticos, dos autarcas, dos agentes económicos, do povo em geral.

O mar idílico da nossa condição agita-se face à crueldade do envelhecimento, do baixíssimo índice demográfico do território, à gritante incapacidade de percebermos que as oportunidades não são cogumelos em que se tropeça e quase sempre se perdem quando não são agarradas logo à primeira, isto é, quando nos surgem.

Falo assim por sentir que temos hoje a família barrosã com o pensamento centrado na questão do lítio que alguns parecem dominar na perfeição ao ponto de nele não verem uma hipotética oportunidade.

Com prós e contras, é certo, mas que ninguém entre nós está em condições de avaliar onde este dualismo tem mais peso. Este ainda é o momento de falar o coração que a par do medo nunca foi bom conselheiro. O município criou espaços para a razão quando promoveu uma sessão aberta à ciência e ao conhecimento. Note-se que é a ciência que comanda a vida e nos diz com todo o rigor que as alterações climáticas que temos à porta, mas que tantos não veem, são coisa séria, perigosamente séria, que vão mexer com as nossas vidas e obrigar-nos à mudança de hábitos e à correção urgente de procedimentos.

Louvando o carácter cívico e a demonstração de cidadania dos que, organizados em movimento, instintivamente se puseram contra o projeto e dizem “NÃO à Mina”, é oportuno dizer que o “Dia do Município” tem de ser, também, um dia de reflexão

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

profunda acerca dos caminhos que nos levam ao futuro. A carta de alforria de 1273 não serviu só para, àquela data, reconhecer aos barrosões a capacidade de pensar e construir o seu destino. Vigora no presente e temos de saber ser dignos dela.

A posição da Câmara é bem conhecida. Somos a favor do desígnio lítio se trouxer desenvolvimento económico, criação de riqueza, de postos de trabalho e de fixação de população e se tudo isso for compaginável com a defesa do património ambiental e paisagístico e tenha em conta os interesses das populações. Aguardo assim com serenidade os estudos sobre os quais nos debruçaremos para consolidar posição.

Celebramos hoje o “Dia do Município” homenageando, na área do desporto, todos quantos nos últimos anos se evidenciaram nas mais diversas modalidades.

Esta é a forma singela que encontramos de premiar o esforço, o trabalho, a dedicação e o mérito.

Gratos estamos, por isso, à Carina Luis, ao João Pedro, à Catarina Dias, ao Nuno Brito e à Catarina Albuquerque pelo êxito alcançado nas suas tão jovens carreiras e pelo exemplo que dão aos jovens da nossa terra tão presos à deificação que as televisões fazem dos que no futebol desbaratam milhões sem nos darmos conta que o mérito mora ao nosso lado e os jovens que hoje homenageamos, assim como os clubes onde se iniciaram ou tiveram formação, disso dão soberano testemunho.

Este é, também, o dia em que se atribui o prémio literário Bento da Cruz que o município instituiu em homenagem ao escritor maior da nossa terra, aquele que no laboratório da palavra ou no atelier da escrita dissecou Barroso ao pormenor e o pintou com as cores celestiais.

Dizer, como disse, com muita mestria que «a haver paraíso só pode ser mesmo em Barroso» é encher o peito de todos nós de muita vaidade, orgulho, sentimento de pertença e de sentido pátrio.

Barroso é o alfa e o ómega da obra de Bento da Cruz. É a personagem central de todos os seus escritos e deixa para memória futura um tempo, um país e um povo que merece ser conhecido, amado, visitado, e perpetuado até à consumação dos séculos.

A minha saudação à viúva e ao presidente do júri, Senhor Professor Doutor Fernando Pinto de Amaral, aqui presente, e os parabéns sinceros ao laureado, o Sr. J.B. César que o júri elegeu para hoje estar aqui.

Faremos no próximo ano um interregno na atribuição deste prémio porquanto chegou o momento de criarmos condições para a edição das obras premiadas e para a paulatina reedição da obra do autor, nesta altura reduzida a pouquíssimos exemplares.

Senhoras e senhores,

A celebração do “Dia do Município” não pode ficar-se pela evocação do percurso milenar do *Homo Barrosanis*. Tem, como atrás o disse, de ser momento de reflexão e

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

de procura de consensos face ao caminho que temos de fazer rumo ao nosso futuro coletivo.

Nesse contexto se insere a abertura do castelo à comunidade barrosã que hoje mesmo vai ter lugar aguardando-se a inauguração oficial para data a anunciar oportunamente.

Com a abertura do castelo põe-se fim a um período longo de desleixo ou até de vergonha da nossa história a que o município por duas vezes - primeiro com Fernando Rodrigues e agora com o presente executivo - deitou mãos. Põe-se fim à sina triste, amplamente vivenciada, como uma administração feita à distância, centrada em Lisboa, trata o património e olha o país.

Não é por acaso que, do conjunto de transferências inseridas no dossier da descentralização, o município apenas se predispõe receber o património que por aí anda ao abandono. Casas florestais, a Quinta da Veiga e o Centro de Formação da Aldeia Nova passam assim para a gestão municipal. E o mesmo acontece com o castelo que, gerido por nós, será a sala de visitas que Montalegre merece ter e motor indiscutível de desenvolvimento e de progresso de que a terra tanto precisa.

E porque a terra precisa de quem a estimule, retomo, para finalizar a questão do lítio, tão em voga.

Louvando o caráter cívico e a demonstração de cidadania dos que se põem do lado do contra, que de resto respeito e apoio porquanto a Câmara tem de ser interprete fiel do sentir e do pensar dos seus, impõe-se, porém, que se faça uma reflexão serena, centrada na responsabilidade que a todos cabe – mais a uns do que a outros, é certo – de tomar assertiva posição.

Independentemente das razões que a todos assiste, permito-me deixar no ar a reflexão seguinte:

Os contratos de prospeção e pesquisa de recursos minerais em todo o país não são de agora. Iniciaram-se em 2011 com um governo que nem sequer é o atual. Desde então para cá uma empresa canadiana fez prospeção na Borralha onde agora uma empresa sul africana, com participação portuguesa, tem contrato de exploração temporário para avaliar com rigor as reservas de volfrâmio ali escondidas.

Tudo ali decorre sem sobressalto e os habitantes da zona rejubilam com a hipótese de a atividade mineira poder ser retomada.

Posição totalmente contrária tem o “Movimento do Não” que, respeito, mas me parece estar a reagir de forma emotiva, e se fecha à obrigação e responsabilidade de perceber o que possa estar em causa porquanto toma posição sem ser suportada em estudos ou fundamentação técnica.

O ruído e manifestações a que hoje se assiste só fará sentido depois de conhecido o plano de lavra e o estudo de impacto ambiental que a empresa com direito à exploração tem de apresentar e submeter à aprovação de entidades insuspeitas como são a Agência Portuguesa do Ambiente, a Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional e o Instituto de Conservação da Natureza, organismos

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

reputados, com uma imagem de eficácia e de credibilidade, que não andam, propriamente, a reboque de quem quer que seja.

Em suma, assiste-se hoje a um movimento que só tem boca e ouvidos para o Não e onde as preocupações com o futuro de uma terra em perda acelerada de quem a cuida e preserve os ecossistemas, parece não fazer sentido algum.

Até que a poeira assente, é oportuno desmistificar já o argumento ou preocupação dos que consideram que a terra perderá o selo qualificativo da FAO caso a exploração avance.

Nada mais falso e ilusório. Mais, é exatamente o contrário.

A consagração do Barroso a Património Agrícola Mundial assenta em pressupostos vários onde a forma civilizada como o barrosão interage com a Natureza que o rodeia, foi e é determinante.

O selo da FAO tem a ver com a proteção do carvalhal que vem sendo dizimado todos os anos, tem a ver com a vegetação arbórea, santuário da biodiversidade, que as chamam todos os anos consomem, tem a ver com o corte de matos que são contenção aos incêndios, tem a ver com a forma tradicional de amanho a terra, (sem fertilizantes como ainda se vai fazendo), tem a ver com o pastoreio e a criação de gado em regime extensivo, tem a ver, sobretudo, com o povoamento e a ocupação do território.

Tudo isto se perderá quando a terra não tiver gente que a cuide. Deixo este alerta para reflexão conjunta e talvez faça sentido darmos um tempinho a nós próprios para pensar. Se o fizermos estaremos em união de esforços a pensar o futuro, a fazer jus à celebração do nosso dia maior e em uníssono dizermos VIVA BARROSO!

Montalegre, 9 de junho de 2019

O Presidente da Câmara  
**Manuel Orlando Fernandes Alves**